



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE POLÍCIA MARÍTIMA OSTENSIVA E OPERAÇÕES AQUÁTICAS -  
SEPOM/COT/DIREX/PF

**ANEXO - 3**  
**DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**GARANTIA**

**1. GARANTIA**

- 1.1. Da necessidade de garantias de funcionamento (validade, garantia e assistência técnica).
- 1.2. A garantia do objeto deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação contados a partir da emissão do termo de recebimento definitivo, sem custo adicional, salvo prazos maiores apresentados no presente Anexo, o qual valerá o maior.
- 1.3. No caso da garantia do fabricante ser maior que a garantia mínima de 12 (doze) meses, esta deverá prevalecer.
- 1.4. O fornecedor deverá substituir os equipamentos entregues com eventuais defeitos de fabricação ou que apresentarem adulteração de qualidade ou sofrerem eventuais alterações em suas características.
- 1.5. Todas as garantias deverão ser especificadas por escrito em língua portuguesa;
- 1.6. Quando da entrega do material, a CONTRATADA deverá fornecer certificado de garantia, contados a partir da data da emissão da nota fiscal; por meio de documento próprio ou anotação (impressa ou carimbada) na Nota Fiscal.
- 1.7. A cobertura da garantia por parte do fabricante está limitada ao que consta no termo de garantia de seus produtos, não conflitando com o código de defesa do consumidor brasileiro;
- 1.8. Ocorrendo defeito de fabricação durante o período de garantia, a CONTRATADA será comunicada e deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da notificação, providenciar todos os trâmites necessários ao acionamento da assistência técnica, com vistas a providenciar a devida substituição da peça defeituosa, se for o caso, sem ônus para a CONTRATANTE, inclusive no que diz respeito ao eventual custo com remoção;
- 1.9. Contra defeito de fabricação ou desgaste prematuro, não caracterizado como "mal uso", pelo período de 12 (doze) meses, incluindo peças e serviços, sem ônus à Administração.
- 1.10. Pela natureza do objeto a ser comprado – embarcações para o serviço policial – e pela elevada soma de recursos públicos empregados na aquisição, é razoável a exigência de garantia do casco, motor e equipamentos.
- 1.11. A garantia permitirá maior eficiência e efetividade no emprego das embarcações, pois evitará que fiquem inoperantes por tempo demasiado em razão de defeitos ou danos. Ela também permitirá reposição de peças, reparos e trocas com mais celeridade, em atendimento aos princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade.
- 1.12. O objetivo final é o bem público e a prestação continuada de um serviço essencial, sem interrupções evitáveis. Com essa medida preventiva, e em respeito ao erário, cuja utilização deve reverter

em benefício aos jurisdicionados, cumprir-se-á a finalidade da licitação, impedindo a vultosa imobilização patrimonial em embarcações inoperantes e dispendiosas.

1.13. O art.73, da Lei 8.666, prevê a possibilidade de garantia estabelecida por contrato, diversa da garantia legal, quando prescreve responsabilidade civil ou ético-profissional “ (...)dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.”

1.13.1. A média de utilização anual do equipamento é de 200 (duzentas) horas.

1.14. Garantia de Casco e Superestrutura: Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, prática usual do mercado para esse tipo de embarcação, incluindo todas as revisões obrigatórias previstas pelo manual do fabricante para este período, incluindo peças e mão-de-obra;

1.15. Garantia da antepara balística: a placa balística deve ter a data de vencimento igual ou superior a 120 (cento e vinte) meses, a contar da entrega do barco, prática usual do mercado para esse tipo de proteção balística, incluindo peças e mão-de-obra;

1.16. Garantia do Conjunto Elétrico e Hidráulico: Garantia mínima de 12 (doze) meses, incluindo peças e mão-de-obra;

1.17. Garantia de Pintura: Garantia mínima de 12 (doze) meses nas avarias de pintura original das partes da embarcação, provenientes de defeito na pintura;

1.18. Garantia de Motores e Sistema de Propulsão: Garantia mínima de 12 (doze) meses, conforme manual do fabricante, contra mau funcionamento, desgaste prematuro de peças e perda de potência declarada, abrangendo todas as revisões obrigatórias previstas pelo manual do fabricante para este período, incluindo peças e mão-de-obra;

1.19. Garantia de Equipamentos Eletrônicos e de Navegação: Garantia mínima de 12 (doze) meses contra mau funcionamento, deterioração e oxidação dos componentes eletrônicos, incluindo peças e mão-de-obra;

1.20. Garantia de Equipamentos de Salvatagem: Garantia mínima conforme manual do fabricante, não podendo ser inferior a 12 (doze) meses, contra mau funcionamento, deterioração e abrasão;

1.21. Garantia da Carreta Transporte: Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, conforme praxe do mercado, contra mau funcionamento, deterioração e corrosão, incluindo peças e mão-de-obra;

1.22. Garantia do Fornecimento de Peças: No mínimo 15 (quinze) anos de peças originais, adquiridas e instaladas sem limite de horas de acionamento do motor, a partir da data de venda registrada na nota fiscal;

1.23. A Polícia Federal/SEOPJ-MJSP recusar-se-á a receber qualquer objeto que esteja com a qualidade comprometida.

1.24. O Licitante deverá fornecer todo o material de reposição dos equipamentos para assegurar o pleno funcionamento dos mesmos desde que cobertos pela garantia e dentro do prazo desta.

1.25. Pela natureza do objeto a ser comprado – embarcações para o serviço policial – e pela elevada soma de recursos públicos empregados na aquisição, é razoável a exigência de garantia.

1.26. A garantia permitirá maior eficiência e efetividade no emprego das embarcações, pois evitará que fiquem inoperantes por tempo demasiado em razão de defeitos ou danos. Ela também permitirá reposição de peças, reparos e trocas com mais celeridade e menos burocracia, em atendimento aos princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade.

1.27. O objetivo final é o bem público e a prestação continuada de um serviço essencial, sem interrupções evitáveis. Com essa medida preventiva, e em respeito ao erário, cuja utilização deve reverter em benefício aos jurisdicionados, cumprir-se-á a finalidade da licitação, impedindo a vultosa imobilização patrimonial em embarcações inoperantes e dispendiosas.

1.28. O prazo do contrato administrativo é estabelecido conforme o tempo necessário para cumprimento do objeto e respectivo pagamento pela Administração, não se confundindo com o prazo da garantia técnica, que deve ser estabelecido com base nas condições praticadas no setor privado, de acordo com a realidade de mercado.

1.29. Ademais, o prazo mínimo de garantia exigido no presente processo é o usual dos fabricantes, reverenciando-se a isonomia de todos os licitantes e respeitando o costume como fonte subsidiária do Direito.

## 2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

2.1. O Licitante se responsabilizará, durante a garantia, sem ônus à Polícia Federal/SEOPI-MJSP, pelas revisões periódicas previstas em manual do fabricante dos motores, casco, flutuadores e equipamentos eletrônicos instalados na embarcação.

2.2. A garantia inclui substituição de peças e mão de obra decorrente de defeitos de fabricação ou desgaste prematuro de peças.

2.3. A Empresa deverá garantir, por 15 (quinze) anos, a existência de assistência técnica especializada e fornecimento de peças nas regiões de entrega;

2.3.1. O item 2.3 não se confunde com o item 2.1, devendo as manutenções, após a garantia, serem absorvidas pelos Contratantes;

2.4. Prover central de abertura de chamados técnicos, disponibilizando a abertura de chamados:

2.4.1. por meio de endereço de correio eletrônico (*e-mail*);

2.4.2. a partir de um numero 0800 ou número local em Brasília, no horário de 8h às 18h, em dias úteis, ou portal na internet (ou aplicativo com a mesma finalidade). No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido à Polícia Federal um número único de identificação. Todos os chamados, bem como as providências adotadas, deverão ser armazenados em sistema da CONTRATADA para controle de chamados. O acesso a esse sistema deverá estar disponível à Polícia Federal quando solicitado. Além disso, os chamados abertos somente poderão ser abertos e fechados após autorização da Polícia Federal;

2.5. Qualquer chamado fechado, sem anuência da Polícia Federal ou sem que o problema tenha sido de fato resolvido, será reaberto e os prazos serão contados a partir da abertura original do chamado, inclusive para efeito de aplicação das penalidades previstas;

2.6. As atividades continuadas desempenhadas pelos NEPOMs são permanentes e regulares, essenciais à execução da política de segurança pública. Tais atividades não podem ser suspensas sem prejuízo das missões institucionais atribuídas à polícia marítima e fluvial da União. Assim sendo, é necessária a adoção de canais e meios que permitam sanar qualquer problema surgido nas embarcações a serem adquiridas, da forma mais célere possível, por serem instrumentos essenciais ao exercício e à atuação dos NEPOMs.

2.7. O TEMPO MÁXIMO DE RESPOSTA para primeiro atendimento (chamado técnico/manutenção) será de até 5 dias úteis, após abertura de chamado técnico.

2.8. O TEMPO MÁXIMO DE SOLUÇÃO (chamado técnico/manutenção) será de até 10 dias úteis, após abertura do chamado técnico.

## 3. CONCLUSÃO

3.1. A garantia do produto, seja ela legal ou contratual, independe de previsão no termo de contrato, em virtude de clara cominação legal, expressa no art. 69, e §2º do art. 73 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.1.0.1. Garantia legal e Garantia contratual

- A garantia legal independe de termo escrito, pois já está prevista em lei, sendo imperativa, obrigatória, total, incondicional e inegociável. O início da contagem do prazo para reivindicação começa no mesmo dia da aquisição do produto ou do serviço pelo consumidor. Já a garantia contratual é dada por escrito pelo próprio fornecedor, é o denominado termo de garantia, e deve ser entregue ao consumidor no momento da compra.

3.2. Frisa-se novamente: a responsabilidade do fornecedor não é afastada quanto a eventuais defeitos, ou vícios ocultos que venham a se revelar no bem recebido pela Administração. Significa dizer que a garantia do produto, ofertada pelo fabricante, deverá ser cumprida pelo fornecedor, mesmo na ausência do termo de contrato, e não deve ser incluída na sua vigência, pois possui prazo próprio e desvinculado, não podendo, por fim, ser classificada como uma obrigação futura.



Documento assinado eletronicamente por **ERICSSON ROMMEL ASSUNCAO DE SOUZA, Agente de Polícia Federal**, em 15/09/2022, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO PAULO MELO MASCARENHAS, Agente de Polícia Federal**, em 15/09/2022, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **24984685** e o código CRC **3B994EC1**.